

## Mindelo:

# O Projeto da Construção de uma Civilização (1803-1838)



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1615>

*Eduardo Adilson Camilo Pereira*

Doutor e Professor na Universidade de Cabo Verde/DCPE - ISCJS

e-mail: [eduardo.pereira@docente.unicv.edu.cv](mailto:eduardo.pereira@docente.unicv.edu.cv)



Recebido em: 25/07/2015 – Aceito em 07/02/2016

**Resumo:** A partir da análise dos diversos discursos políticos produzidos e reproduzidos pelas elites políticas em Cabo Verde, em torno de qual ilha deveria sediar a capital do arquipélago, o presente artigo pretende problematizar sobre dois pontos: refletir sobre os discursos e os projetos da construção de Mindelo, representada como sendo o progresso e o futuro de Cabo Verde; e compreender os argumentos político-econômicos apresentados para justificar a transferência do governo, com especial atenção para a centralidade geográfica, comércio externo e existência de bom porto para a navegação.

**Palavras-chave:** Cabo Verde; civilização; elites políticas; Mindelo

**Abstract:** This research analyzes the various political speeches produced and reproduced by the political elites in Cape Verde, around which the island would host the capital of the archipelago. It also aims to analyze the speeches and projects around the construction of Mindelo, represented as the progress and the future of Cape Verde. It also proposes to analyze and understand the political and economic arguments to justify the government's transfer as a special attention to the geographic centrality, foreign trade and the existence of safe harbor for navigation.

**Keywords:** Cape Verde; civilization; political elites; Mindelo

## 1 - Introdução

A discussão sobre onde deveria ser a sede do governo geral no arquipélago de Cabo Verde é crucial para a compreensão tanto da dimensão das disputas políticas quanto das implicações das revoltas dos rendeiros do interior da ilha de Santiago (1822-1841). Também é importante para a análise e compreensão do processo de formação da estrutura administrativa do Estado de Cabo Verde. Embora, esta discussão tenha sido tratada unicamente sob o ponto de vista das adversidades climáticas, outras questões interferiram nessa discussão, como sejam: políticas, culturais e geográficas.

Na primeira metade do século XIX, além da questão climática, são apresentadas outras motivações de ordem sócio-cultural, que nos propomos a discutir. As propostas registradas ente 1803 e 1838 permitem melhor compreender que, além dos fatores climáticos salientados pela historiografia, o contexto político e as tensões sociais da ilha de Santiago eram, de fato as preocupações subjacentes. De outro lado, regista-se não só a emergência dos movimentos de contestação à exploração, como também as primeiras propostas fundamentadas de transferência da sede do governo para as ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau. Além disso, as propostas permitem perceber as várias exigências da elites políticas das referidas ilhas, dentre as quais a de eleger um representante para integrar a junta de governo na vila da Praia.

O recorte temporal deste artigo são os anos de 1803 e 1838. A data inicial justifica-se, tendo em vista que foi neste ano em que se regista as primeiras propostas de transferência da sede do governo para

as ilhas de São Vicente, São Nicolau e Santo Antão. A data final justifica-se pela apresentação do primeiro projeto de construção da nova cidade do Mindelo. Para a realização desta pesquisa foram utilizadas fontes primárias pesquisadas nos seguintes arquivos: Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Histórico Militar de Lisboa, além de recolhidas de fontes no Arquivo Histórico Nacional, cidade da Praia – Cabo Verde, como sejam: ofícios, relatórios e correspondências.

Além disso, utilizaremos uma ampla bibliografia relativa a aspectos teóricos, metodológicos e históricos acerca da constituição sócio-política e cultural de Cabo Verde, sobretudo entre os anos de 1803 e 1838.

Quais as razões que levaram as elites políticas a propor a criação de Mindelo? Qual o modelo arquitetônico proposto para a nova cidade? Qual era o perfil desejado dos habitantes da nova cidade? Para responder a estas problemáticas, este artigo busca compreender os argumentos político-econômicos apresentados para justificar a transferência da sede administrativa do governo, com especial atenção para a centralidade geográfica, o comércio externo e a existência de bom porto para a navegação.

Quais discursos estiveram na base na criação dessa civilização? Para tal, cabe compreender o alcance do conceito de civilização. O antropólogo Edward B. Tylor utilizou “*culture*” para se referir às sociedades primitivas, enquanto que *civilização* referia-se às sociedades modernas e evoluídas – “Culture or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society”.<sup>1</sup> A ideia de civilização, de inspiração hobbesiana,<sup>2</sup> estaria presente quando houvesse um poder centralizado, suficientemente capaz de impor ordem e submissão aos demais membros da sociedade.

Ainda segundo Tylor, a civilização estaria classificada em estágios, sendo que o “estado selvagem” representaria o estágio de início da humanidade. A barbárie e a selvajaria seriam contrários ao estágio da civilização, identificada à invenção mecânica.<sup>3</sup> A diferença residiria na presença ou ausência da industrialização, conhecimentos científicos e princípios morais – “The principal criteria of classification are the absence or presence (...) of the industrial arts (...) the extent of scientific knowledge (...) moral principles (...)”.<sup>4</sup> A transição do estado selvagem para o estado civilizado dá-se por meio do progresso da arte do conhecimento, único elemento do desenvolvimento da cultura.<sup>5</sup> O homem “selvagem” seria uma degeneração do homem civilizado.<sup>6</sup> Além disso, o “estágio” de civilização equivaleria o domínio do conhecimento intelectual.<sup>7</sup>

Para Norbert Elias, o conceito de civilização pressupunha um conjunto de instruções variadas de conduta, encontradas nos chamados “manuais de civilidade”, representavam tendências restritivas: interdições comportamentais que identificavam indivíduos e grupos e os prendiam a um crescente jogo de posturas e ações, conseguidas pela escolarização. O conceito de civilização ainda se referia tanto à industrialização quanto a existência de infraestruturas para tal.<sup>8</sup>

O conceito de civilização utilizado no projeto de criação de Mindelo ressaltava dois aspectos: presença ou ausência de industrialização e presença ou ausência de escolarização. O projeto do governador geral de Cabo Verde, Joaquim Pereira Marinho (1835, 1837-1839), visava criar na ilha de São Vicente uma “civilização” industrial e comercial em torno do Porto Grande, com base na indústria textil, extração do sal e confecção de tijolos. A ideia de civilização de Marinho estava presente na proposta de criação de um centro de “civilização”, que se opunha à agricultura de subsistência, praticada principalmente no interior da Ilha de Santiago. A transferência para São Vicente também visava romper com uma cultura de revoltas e “anarquia” vigente no

<sup>1</sup>TYLOR, Edward B. *Primitive Culture*. 6th. Edition, London: John Murray, 1920 (1871), v. I, p. 1; p. 21.

<sup>2</sup>HOBBS, Thomas. *Leviatã ou material, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Victor Civita, 1983.

<sup>3</sup>TYLOR, Edward B., *Primitive Culture*, p. 7; p. 15; p. 32.

<sup>4</sup>TYLOR, Edward B., *Primitive Culture*, p. 26-27; p. 56; p. 64.

<sup>5</sup>TYLOR, Edward B., *Primitive Culture*, p. 27.

<sup>6</sup>TYLOR, Edward B., *Primitive Culture*, p. 41; p. 45.

<sup>7</sup>TYLOR, Edward B., *Primitive Culture*, p. 68.

<sup>8</sup>ELIAS, Norbert. *O processo civilizador (Formação do Estado e Civilização)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, v. I.

interior da ilha de Santiago. O homem revoltado era oposto ao do homem civilizado, capaz de se submeter a um poder central. Além disso, a noção de civilização foi empregada na definição do perfil das pessoas que teriam a permissão para residir em Mindelo.

Este tema da transferência da sede administrativa do governo em Cabo Verde, no século XIX, foi ainda pouco visitada pela historiografia. Há apenas quatro estudos sobre isso. Para o comandante e estudioso Christianno José Senna Barcellos (1854-1915), em seus *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*<sup>9</sup>, enfatizou que a insalubridade do clima como a precariedade do porto da cidade da Ribeira Grande eram os grandes problemas desta cidade. Além do mais, em uma exposição feita pela Câmara da Praia, no ano de 1834, dirigida à Rainha, Barcellos propôs a fundação de uma povoação agrícola no interior da ilha de Santiago e, conseqüentemente, a construção de uma rede de estradas para facilitar o escoamento dos produtos.<sup>10</sup>

Para o geógrafo e professor da Universidade de Lisboa, Ilídio do Amaral, “(...) o Governo passava de ilha para ilha, a pretexto da insalubridade de Santiago, com grande aumento de despesas e fortes prejuízos. (...)”<sup>11</sup> Segundo este, a manutenção da sede do governo geral português na vila da Praia, implicaria na mudança constante dos membros do governo “de ilha para ilha”, fugindo da insalubridade do clima. Neste sentido, destaca as tentativas fracassadas da Coroa portuguesa de mudar a sede do governo para a ilha de São Vicente, em 1844 e 1850. Nota-se que Amaral limita-se a analisar as conclusões apresentadas pelos referidos governadores, sem questionar as reais motivações que levaram os liberais moderados a proporem a transferência da sede do governo para a ilha de São Vicente. Trata-se de uma análise mais crítica em relação ao argumento da insalubridade. Porém, limita-se a corroborar as hipóteses anteriormente formuladas por Senna Barcellos.

Quanto às pesquisas mais recentes, vale ressaltar a do historiador António Carreira. Em seu “Cabo Verde”, registou o fato da insalubridade da Ribeira Grande ter impossibilitado a plena organização do ensino.<sup>12</sup> Carreira também corrobora os argumentos relativos à insalubridade da ilha de Santiago, sem considerar o impacto das revoltas dos rendeiros e dos escravos na emergência de novas propostas para a transferência da sede do governo para a ilha de São Vicente.

Já o historiador António Correia e Silva, na sua obra intitulada “Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo”, destaca a posição geográfica estratégica da ilha de São Vicente em relação às demais ilhas de Cabo Verde, bem como o plano para o extermínio “colectivo dos pretos”. Ressalta ainda a presença de um número expressivo de degredados na ilha de Santiago e o plano para o povoamento das ilhas do norte com colonos brancos. Para este, as revoltas eram decorrentes do “contexto de pauperização da população”, que levava à possibilidade de “confrontos sangrentos” no interior da ilha de Santiago. Ressalta ainda que as revoltas dos rendeiros do século XIX se deviam às elevadas rendas pagas pelos rendeiros para os morgados, à precariedade dos contratos e às desigualdades sociais.

Ainda segundo este pesquisador, a transferência da sede do governo para a ilha de São Vicente tinha como objetivo “reformular as caducas instituições agrárias, criar uma administração mais dinâmica e ligar o arquipélago ao mundo”. O autor desse projeto seria o marquês de Sá Bandeira (1795-1876) que, em conjunto com o governador Joaquim Pereira Marinho, pretendiam encontrar “uma nova fonte de dinamismo económico que fosse alternativa à multissecular tráfico de escravos”, em torno do Porto Grande. Segundo Correia e Silva, as motivações que levaram Marinho a propor a trans-

<sup>9</sup>BARCELLOS, Christianno José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, 5 partes. Lisboa, 1899-1911. Lisboa: Typografia da Cooperativa Militar, 1904.

<sup>10</sup>BARCELLOS, Christianno José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte V, p. 136; p. 215-221.

<sup>11</sup>AMARAL, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, n. 18, 1964, p. 185.

<sup>12</sup>CARREIRA, António. *Cabo Verde (Aspectos Sociais. Secas e fomes do século XX)*. 2ª ed., Lisboa: Ulmeiro, 1984 (1977), p. 141; p. 149.

<sup>13</sup>SILVA, António Leão Correia e. *No tempo do Porto Grande do Mindelo*. Praia/Mindelo: Centro Cultural Português, 1998 (Coleção “Documentos para a História de Cabo Verde”), p. 53-83.

ferência da sede do governo “não são de todo claras”.<sup>13</sup>

No meu artigo intitulado “Reformas políticas e o regime da prefeitura em Cabo Verde da primeira metade do séc. XIX (1832-1834)”, foram analisadas as reformas políticas e a nova reconfiguração administrativa, com a introdução do regime da prefeitura em Cabo Verde (1832-1834). Procurou-se ainda compreender tais reformas em decorrência das novas exigências da elite política local, bem como o projeto da transferência da sede do governo geral para o interior da ilha de Santiago.<sup>14</sup>

Já num outro artigo intitulado “*Cabo Verde: entre uma civilização agrícola e uma civilização industrial e comercial (1822-1841)*”, procurei analisar os diversos discursos políticos produzidos e reproduzidos pelas elites políticas em Cabo Verde, em torno de qual ilha deveria sediar a capital do arquipélago, bem como demonstrar a atualidade desse discurso na mobilização política das ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau contra a centralidade político-administrativa da vila da Praia.<sup>15</sup>

Finalmente, na terceira edição do meu livro “Política e cultura: As revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)”, procurei compreender em que medida as revoltas dos rendeiros do interior da ilha de Santiago foram determinantes para a criação e transferência da sede do governo geral para a ilha de São Vicente. Além disso, foram analisadas as propostas de transferências da sede do governo para o interior da ilha de Santiago.<sup>16</sup>

Concluindo essa análise da historiografia, em nenhum momento os estudos sobre as propostas de transferência da sede do governo geral, tanto da vila da Praia para o interior da ilha de Santiago quanto para as demais ilhas do barlavento, levaram em consideração o panorama cultural da ilha de Santiago, as mobilizações políticas e as revoltas dos rendeiros. Nem analisaram os discursos subjacentes ao projeto da construção de um novo centro de civilização, discursos ainda presentes na formação cultural das ilhas de São Nicolau, São Vicente e Santo Antão.

Entretanto, as duas propostas feitas pela Junta administrativa de Cabo Verde, em 1803 e 1819, respectivamente, defendiam a transferência da sede do governo geral, e a escolha de outras ilhas para sediar a administração, nomeadamente Fogo, Santo Antão, São Nicolau e São Vicente. As propostas feitas pelos governadores inclinavam, na maioria dos casos, para a vila da Praia. O problema é este: porque as diversas propostas não levaram em consideração o panorama social da ilha de Santiago? A minha hipótese é que, em razão da resistência, em forma de revoltas, que os habitantes do interior da ilha de Santiago faziam às autoridades administrativas, estas temiam continuar com a administração lá. Contudo, a historiografia procura destacar a adversidade climática da ilha de Santiago, sem indagar sobre este e outro aspecto: a disputa de poder, registrada entre os membros do governo local, em prol das diversas ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde.

O presente artigo encontra-se subdividido em duas partes. A primeira refere-se ao debate sobre a transferência da sede administrativa de Santiago, tendo como argumento o clima mortífero. A segunda parte trata do projeto de construção da nova sede administrativa em Mindelo, que tinha por justificativa a construção de um novo centro de civilização industrial e comercial, com base tanto na navegação quanto na indústria têxtil, como também na criação de uma nova cidade para a valorização das ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau.

## 1 - O debate sobre a transferência da sede administrativa de Santiago: o clima mortífero como argumento

No início do séc. XIX, em meio as disputas políticas entre os liberais moderados

<sup>14</sup>PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. “Reformas políticas e o regime da prefeitura em Cabo Verde da primeira metade do séc. XIX (1832-1834)”. In: SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número XII, Ano VI, Dezembro. São Paulo, NEACP, 2013, p. 99-124. Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-12>.

<sup>15</sup>PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. “Cabo Verde: entre uma civilização agrícola e uma civilização industrial e comercial (1822-1841)”. In: SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número XIV, Ano VII, Dezembro. São Paulo, NEACP, 2014, p. 118-139. Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-14>.

<sup>16</sup>PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. “As propostas de transferência da sede do governo”. In: Política e cultura: as Revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910). 3ª ed. revista e ampliada. Praia: Imprensa Nacional, 2015, p. 306-332.

<sup>17</sup>Liberais moderados: António Pusch, Domingos Ramos Monteiro, Nicolau dos Reis Borges, Theóphilo Dias e Joaquim Pereira Marinho. Liberais exaltados: Manoel António Martins, Marcelino Resende Costa e Gregório Freire de Andrade.

e exaltados,<sup>17</sup> surgiram opiniões controversas, propondo a transferência da sede do governo para o interior da ilha de Santiago. De um lado, os liberais moderados reivindicavam pequenas reformas políticas, sem separar o arquipélago da Coroa portuguesa. De outro, os exaltados, por meio do partido pró-Brasil,<sup>18</sup> fundado em 1822, na ilha da Boa Vista, reivindicavam profundas reformas político-sociais, inclusive a declaração da independência do arquipélago de Portugal, com o apoio da Corte no Rio de Janeiro.

Para o naturalista e general da infantaria portuguesa José Conrado Carlos de Chelmicki (1814-1890), a falada insalubridade climática da Ribeira Grande, sem fundamento e pintada com cores negras em Portugal, causava grande prejuízo a administração do arquipélago, pois os portugueses partiam de Portugal com uma idéia pré-estabelecida acerca da cidade, vista como uma sepultura dos europeus. Ao contrário da tão proclamada insalubridade, a administração da cidade da Ribeira Grande ficou mais prejudicada pelas idéias que circulavam na corte sobre o seu clima, levando o medo às pessoas que para lá eram mandadas – “A Villa da Praia, Capital da Ilha de S. Thiago (...) de todas as outras partes está cercada como de um fosso, aonde se acumula m.ta água (...) Esta não é a cauza das Carneiradas da Ilha de S. Thiago”.<sup>19</sup> Para este autor, as tão faladas carneiradas, que dizimavam tripulações inteiras na costa africana eram fantasmagóricas,<sup>20</sup> e que o clima “(...) No interior (...) era muito melhor.”<sup>21</sup> Defendeu ainda que a implantação da sede do governo na Ribeira Grande foi um erro, tendo em vista a pequena dimensão da superfície aonde estava localizada – “(...) *Admira muito, como podiam ter escolhido para a capital um sitio d’estes: esta cidade é bordado d’altissimas rochas, no fundo d’uma ribeira estreita (...).*”<sup>22</sup>

Entretanto, Chelmicki não deixa de reconhecer que a retirada das principais autoridades da Ilha de Santiago, onde estava localizada a sede do governo geral, em certos meses do ano, fugindo das “doenças da terra”, vinha acarretando grande prejuízo à administração pública da província de Cabo Verde. Segundo este, a ilha de São Vicente, por gozar não só de melhor clima, como também de um bom porto, merecia tornar-se a sede do governo geral.<sup>23</sup> Por outro lado, Chelmicki defendeu a formação de *povoações agrícolas*, uma vez que o governo geral em Cabo Verde precisava ter uma “agricultura florescente”. A formação de povoações propiciava, segundo este, não só o aumento da produção, como também a divulgação dos valores da agricultura “provincial”. Destaca ainda que o caráter litorâneo das primeiras povoações, centradas na vila da Praia e na Ribeira Grande, atrasou muito os planos do governo geral para a criação de povoações agrícolas no interior. A vila da Praia era a única vila existente na ilha de Santiago, sendo, por isso, imprescindível a criação de uma nova vila num local onde o clima era mais agradável. O local mais adequado seria o planalto de Santa Catarina (atual cidade de Assomada), onde o clima, segundo este, era mais saudável.

*(...) O sitio mais conveniente é a achada de Santa Catharina. N’uma planice reputada por mui saudavel, abundante d’agua e rica em vegetação, no centro da ilha, não tardaria de se formar em breve uma povoação, uma Villa agradável. Grandes porções de terreno ainda incultas dariamos a agricultura e por este meio conseguiríamos o nosso fim (...).*<sup>24</sup>

Segundo Chelmicki, ao contrário dos argumentos apresentados tanto pelo depu-

<sup>18</sup>Partido fundado por Manoel Ant3nio Martins em 1822 na ilha da Boa Vista e que tinha como principal objetivo, reivindicar a autonomia de Cabo Verde em relaça3o a Coroa portuguesa. Sabe-se que na ilha de Santiago, em 13 de janeiro de 1823, promoveu a recolha de assinaturas e o apoio dos soldados para n3o receber o novo governador enviado de Lisboa. Embora n3o haja registo formal da criaça3o do referido partido, os autos da devassa sobre a constituiça3o do partido pr3o-Brasil atestam a decisiva influ3ncia do partido sobre a administraça3o do arquip3lago – AHU, Cabo Verde, Cx. 72, doc. 43, de 16 de maio de 1823, s/p. Cabe ainda ressaltar a carta do soldado Manoel da Penha Gomes, morador de Jo3o Tev3s, interior da ilha de Santiago, datada de 13 de janeiro de 1823, em que descreve os planos do referido partido – AHU, Cabo Verde, Cx. 72, doc. 43, f. 74-75.

<sup>19</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 083/ doc. 31, de 16 de Janeiro e de 18 de dezembro de 1824, s/p.

<sup>20</sup>CHELMICKI, Jos3 Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descriça3o geographico-historico da Prov3ncia das Ilhas de Cabo-Verde e Guin3*. t. I. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1841, p. 296.

<sup>21</sup>CHELMICKI, Jos3 Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descriça3o geographico-historico da Prov3ncia das Ilhas de Cabo-Verde e Guin3*, t. II, p. 292.

<sup>22</sup>CHELMICKI, Jos3 Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descriça3o geographico-historico da Prov3ncia das Ilhas de Cabo-Verde e Guin3*, t. II, p. 62; p. 65-67.

<sup>23</sup>CHELMICKI, Jos3 Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descriça3o geographico-historico da Prov3ncia das Ilhas de Cabo-Verde e Guin3*, t. II, p. 129-130.

<sup>24</sup>CHELMICKI, Jos3 Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descriça3o geographico-historico da Prov3ncia das Ilhas de Cabo-Verde e Guin3*, t. I, p. 199-200.

<sup>25</sup>N3o dispomos nem da data do nascimento e nem do falecimento deste pol3tico. Sabemos que nasceu em Lisboa e que foi propriet3rio de terras na ilha de Santiago e um grande opositor pol3tico de Manoel Ant3nio Martins.

tado Theophilo Dias<sup>25</sup> quanto pelo governador Joaquim Pereira Marinho, a Coroa portuguesa deveria criar uma sede do governo no sítio denominado de “Matto Engenho”, o que se justificava por duas razões. A primeira referia ao fato do mesmo ser despovoado. A segunda pela facilidade de, ao contrário da ilha de São Vicente, “formar... uma povoação” sem vícios ou imoralidades. Chelmick não acreditava nos argumentos apresentados por aqueles liberais moderados, segundo o qual, a ilha de Santiago seria insalubre. Defendeu que o interior da ilha de Santiago ofereceria todas as condições climáticas para a instalação da sede do governo geral e que o projeto da transferência da São Vicente não se justificava.

Os argumentos de que era indispensável a existência de um bom clima para a criação de uma cidade não eram novos em Cabo Verde. A primeira notícia que se tem registro dos arquivos europeus acerca da tentativa da transferência da sede do governo geral português no arquipélago de Cabo Verde data de 1582. Diego Florez de Valdez, numa Carta ao Rei D. Filipe I, de 24 de Janeiro de 1582, propôs à Coroa a transferência do trato para a vila da Praia, onde o porto, além de dispor de uma boa baía, também se destacava pelo seu tamanho.<sup>26</sup> Além disso, a referida vila portuária era também passagem obrigatória para a navegação da costa da Guiné, São Tomé e Brasil.<sup>27</sup>

O Brigadeiro Raimundo José da **Cunha Matos** (1776-1839) defendia que a elite política da Ribeira Grande não só desejava a transferência da sede do governo devido a intempérie do clima da Ribeira Grande, como também pelo conhecimento de “que as ilhas do Cabo Verde tinham dado quanto podiam dar, e agora estavam reduzidos a um cadáver mirrado”.<sup>28</sup> A análise deste autor é mais crítica em relação aos motivos que levaram os sucessivos governadores a proporem a transferência da sede do governo geral para a vila da Praia.

Em resumo, a historiografia pertinente ao tema limita-se a corroborar os argumentos oficiais, cujas propostas de transferência da sede do governo se deveram à insalubridade do clima da ilha de Santiago. De outro lado, não tiveram em consideração tanto o panorama cultural quanto os movimentos de resistência presente na ilha de Santiago. Em que medida esses movimentos de resistência vão ser determinantes para a emergência de propostas de transferência da sede do governo para a vila da Praia e, posteriormente para a ilha de São Vicente? Quais os argumentos utilizados pelas elites políticas para proporem a construção de um novo centro de civilização?

## 2 - O Projeto de Construção da Nova Sede Administrativa em Mindelo

A primeira metade do século XIX é de extrema importância para a compreensão da construção do Estado em Cabo Verde. A partir de 1822, com a independência do Brasil e constituição do Partido pró-Brasil, os liberais reivindicavam a independência do arquipélago em relação a Coroa portuguesa. As elites políticas das ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau passaram a reivindicar o direito de eleger um representante na Junta governativa. Caso contrário, não acatariam qualquer determinação legal proveniente daquela Junta, sediada na vila da Praia. Além disso, reivindicaram a transferência da sede do governo e a criação de uma nova cidade na ilha de São Vi-

<sup>26</sup>Cabe salientar que este assunto tinha sido discutido no séc. XVII. Em Carta de 12 de julho de 1606, o padre Baltazar Barreira, responsável máximo pela missão jesuítica de evangelização na costa ocidental africana, defendeu a mudança imediata da sede do governo geral para a vila da Praia, mesmo contra a vontade dos moradores (vizinhos) da Ribeira Grande – Cf. AGS, Secretarias Provinciales (Portugal), liv. 1550, fl. 357-357 v. AGS, Secretarias Provinciales (Portugal), liv. 1550, fl. 357-357 v; AV, Processus Consistorialis, v. II, fl. 310, de 31 de março de 1608; ARSI, Lusitânia, cód. 83, fls. 353 v. – 354 v., de março de 1608. BAL, Cód. 51-VIII-25, f. 119-122 v., de 1606. “Há na mesma ilha outra povoação que se chama a Villa da Praia, a qual tem bom porto e hé lugar mais sadio que a cidade (Ribeira Grande), porque estaa em hu sitio alto, e lavado dos ares, cercada de duas ribeiras, huá das quais faz na entrada do mar huá grande e formosa baya, com um ilheo na boca que a ampara dos ventos do mar, com que fica o porto mais seguro, e por ser tal e ter pouca defençaõ, hé muitas vezes infestado de imigos (corsários) e assi pouco povoada. E por estas raziõs se tratou alguãs vezes de mudar a cidade para este sitio e fortificalo, o que (se) se fizesse redundaria em grande a(u)gmento da terra.” Já o padre Fernão Guerreiro, na sua obra intitulada “Relaçam Anual das Cousas que Fezeram os Padres da Companhia de Jesus...”, publicada em 1605, além de destacar o clima sadio da vila da Praia, o seu notável porto e a baía que a cerca, não obstante a existência de poucas casas, defendeu a fortificação e povoamento da vila para defesa contra as incursões piratas. Dois argumentos foram apresentados para a transferência da sede do governo geral da Ribeira Grande para a vila da Praia: existência de um bom porto e por ter um clima mais salubre - GUERREIRO, Padre Fernam. Relaçam Anual das Cousas que Fezeram os Padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental, e no Brasil, Angola, Cabo Verde, nos annos de seiscentos e dous e seiscentos e três, e do processo de conversam, e christandade daquellas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram. Lisboa: Per Jorge Rodriguez, 1695 (1605), p. 130-131.

<sup>27</sup>Por meio do Alvará Régio de 14 de agosto de 1612, o Rei determinou, sem sucesso, que tanto o governador quanto o bispo passassem a residir na vila da Praia, tendo como objetivo a reedificação das casas, o que só veio a ser concretizado em 1770 – AHU, Cabo Verde, Cx. 1/ doc. 15, s/p.

cente.

Por meio do ofício de 13 de março de 1826, vários magistrados, funcionários das câmaras municipais da vila da Praia e da Ribeira Grande, com destaque para Marcellino de Rezende Costa,<sup>29</sup> reivindicaram, junto à Coroa portuguesa a elevação da vila de Santa Maria da Praia à categoria de cidade levando-se em consideração o número de habitantes<sup>30</sup>. A reivindicação também contou com a participação de várias patentes do exército residentes tanto na ilha de Santiago quanto na ilha do Fogo, vários capitães-mores, dentre os quais, Nicolau dos Reis Borges.

Dentre os cônegos e vigários, destacaram-se o Deão Antonio da Costa Alves; o cônego da cidade da Ribeira Grande Matheus Gonçalves Varella; o padre Manoel Antonio Loppes da Crus; o Frei Agostinho dos Martes, Comissário Provincial e Guardiã do convento, o Frei Bernardo de Fondella e o vigário de São Lourenço. Além de Nicolau dos Reis Borges, tomaram parte outros influentes morgados do interior da ilha de Santiago, com sejam: Manoel carvalho Silva de Landim, enquanto coronel agregado; Domingos Ramos Monteiro, coronel reformado da cavalaria de Milicias; Francisco dos Reis da Fonseca Borges, tenente coronel. Como argumentos, os requerentes destacaram “*as qualidades morais de que se revestem os habitantes, como são a nobreza; o número expressivo dos seus habitantes; educação, dignidades Civis, e Ecleziasticas*”, bem como o “*caracter de fidelidade*” à Coroa portuguesa.<sup>31</sup>

Entretanto, por despacho de 24 de Setembro de 1828, sob parecer do ex-governador geral, Antonio Pusich (1818-1822), a Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos indeferiu o pedido dos seus habitantes.<sup>32</sup> Cabe ressaltar que aquele político foi o primeiro governador que, devido ao espírito revoltoso dos habitantes do interior da ilha de Santiago contra as injustiças reinantes, propôs a extinção da câmara municipal da vila da Praia, substituindo-a por uma nova cidade, com o nome de Santiago:

“(…) o unico meio que acho consiliatorio entre aquelles habitantes, he abolir-se a Camara da Villa da Praia, que he mui rescente creação; e por isso nem tem Bandeiras proprias; e ficar sómente a antiga camara municipal, que deveria residir em a nova cidade, cujo Nome proprio da Ilha, do Santo que d’ella he Orago, e em cujo Dia foi descoberta e o qual he anualmente mui festejado na cidade capital”.<sup>33</sup>

Para Pusich, além de abolir a referida câmara, deveria-se criar uma nova cidade, com o nome de “*Santiago*”, cujo nome representaria. Este político sabia que a câmara municipal da vila da Praia era administrada, segundo os interesses separatistas defenidos pelos liberais exaltados. Não por acaso, além de proferir um parecer negativo ao pedido para a elevação da vila da Praia à categoria de cidade, defendeu também a sua extinção. Segundo o governador Pusich, a câmara da Ribeira Grande gozava de todos os “fóros” municipais, e dava posse aos governadores do arquipélago. Destacou o fato dos “camaristas” serem sempre pessoas “principais daquela Ilha”, apelidando de “Cidadãos da Cidade da Ribeira Grande”. Mereceu atenção o fato que até o momento foram sempre fieis aos interesses da Coroa portuguesa. Considerou que a câmara da vila da Praia saía fora quase sempre dos limites dos seus poderes, causando distúrbios políticos. Pelo fato dos seus funcionários serem “*tendeiros*”<sup>34</sup> manipulados pelos negociantes, permitia que até os degredados se inscrevessem nos livros de matrícula.

Cabe ainda reiterar que tanto a proposta para a manutenção da sede do governo geral na vila da Praia quanto à criação de uma outra cidade ou mesmo a transferência desta para o interior da ilha de Santiago reforçava ainda mais o poderio político da elite

<sup>28</sup>MATOS, Brigadeiro R. J. da Cunha. Compendio histórico das possessões de Portugal na África. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Arquivo Nacional, 1963, p. 47-49.

<sup>29</sup>Vice-cônsul, secretário do governo geral e rico morgado da ilha de Santiago – AHN, SGG, Requerimentos (1837). Originais manuscritos. Cx. 040, de 23 de março de 1837, s/p.

<sup>30</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 83, doc. 74, s/p.

<sup>31</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 83, doc. 74, s/p.

<sup>32</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 89A, doc. 114, s/p.

<sup>33</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 83, doc. 74, de 13 de março de 1826, s/p.

<sup>34</sup>Pessoa que arma confusão, marceiro ou diabo.

política da ilha de Santiago. Também era parte integrante do projeto a declaração da independência do arquipélago em relação a Coroa portuguesa, tendo em vista o grau de descontentamento dos rendeiros face às autoridades locais, vistas como usurpadoras do seu direito à posse das terras cultivadas. Além disso, as elites políticas da ilha de Santiago estavam receosas de ver reduzidas o seu poderio económico, defendidas tanto com a “centralidade” da ilha de Santiago em relação as demais ilhas quanto à geração de riquezas.

Para esta discussão muito contribuiu o receio da elite local quanto a um possível ataque dos habitantes do interior da ilha de Santiago, representados como revoltosos e rebeldes. Com as sucessivas revoltas contra o governo geral, mobilizadas pelos liberais exaltados, os moderados propuseram a construção de um centro civilizacional em Cabo Verde, o que passava necessariamente pela mudança da sede do governo geral para a ilha de São Vicente. Já os exaltados defendiam a manutenção da sede na vila da Praia.

Em primeiro lugar, para o deputado Theophilo José Dias (1822-1834), liberal moderado e natural de Lisboa, o bem-estar de Cabo Verde só poderia ser alcançado com a transferência da capital para a ilha de São Vicente. Para este, a ilha de Santiago não era a ilha mais opulenta do arquipélago. Por isso, não era a “única que mereça a honra de ser a Capital da mesma Província”.<sup>35</sup> A ilha de Santiago e sua respectiva elite política eram vistas como responsáveis pela decadência económica das demais ilhas. Para este político, a ilha de São Vicente teria melhor localização geográfica para a navegação, além da existência de um excelente porto. Referindo-se ainda à posição geográfica, defendeu que “se a centralidade falta à ilha de S. Vicente em relação a todo o archiplago, ella tem a centralidade necessaria respectivamente ao grupo das Ilhas de Barlavento, igualmente rico, importante, e o que infelizmente se acha desprezado”.<sup>36</sup> Destacou ainda que tanto o litoral quanto o interior da ilha de Santiago apresentavam um clima insalubre.

Em segundo lugar, o referido político fazia crer que a “Câmara e Cidadãos signatarios” defendiam que uma das principais prioridades políticas do arquipélago referia-se à “fixação definitiva e permanente da Sede do Governo”, tendo em vista a falta de “estabilidade”, oriunda das exorbitantes despesas financeiras decorrentes das sucessivas transferências periódicas da sede do governo geral. Estas despesas faziam com que os funcionários recebessem os respectivos salários em até seis meses atrasados, em prejuízo dos serviços da administração do governo geral. Também defendia que se tratava de um “egoísmo imperdoavel” da Câmara da vila da Praia manter a capital do arquipélago na ilha de Santiago que, em tempo das chuvas, era transferida para o interior da ilha.<sup>37</sup>

Em resumo, a transferência da sede do governo para São Vicente foi justificada por boa parte da elite política local das ilhas de São Vicente, São Nicolau e Santo Antão devido, em parte, ao receio que negros do interior da ilha de Santiago planejassem uma invasão da vila da Praia, para depor o governador geral nomeado pela Coroa portuguesa. Tal receio é confirmado pelo governador Joaquim Marinho em suas “Memórias”, ao reiterar que “Manoel Antonio Martins, querendo seduzir Antonio dos Santos Dias, pai do Deputado, Theóphilo José Dias, escreveu-lhe uma carta (...) na qual lhe dizia: agora o povo é soberano, podemos, e devemos nomear um governador”.<sup>38</sup>

Por outro lado, Teophilo Dias destacou a necessidade defendida pela elite política local quanto a criação de “uma povoação no seu centro, e em sitio sadio e que hade ser a necessaria e prompta consequencia de se fixar lá a sede do Governo durante os mezes doentios na Villa da Praia”,<sup>39</sup> representadas pelas localidades dos Picos e Orgãos. O deputado questionou a prioridade na criação de uma povoação no centro da ilha de Santiago por duas razões. A primeira referia-se a grande distância que separava as referidas lo-

<sup>35</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p.

<sup>36</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p.

<sup>37</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p.

<sup>38</sup>MARINHO, Joaquim Pereira. Memória Oficial em resposta às acusações dirigidas a Sua Magestade contra o governador geral da província de Cabo Verde. Lisboa: Typografia de A. S. Coelho, 1839, p. 105.

<sup>39</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p.

calidades da vila da Praia. A segunda referia-se as grandes despesas com o transporte dos serviços, a inacessibilidade ao interior da ilha no período chuvoso (junho a outubro), que sempre dificultou o transporte dos “*artigos de primeira necessidade*” para a vila da Praia, o que seria uma “*desgraça*” decretar a sede do governo de Picos (município do interior da ilha de Santiago), pois o governo não poderia demandar sobre assuntos que exigiam decisões rápidas.

Quanto às vias de acesso, Theóphilo Dias notou que “*considerem bem (...) o transito de mais de dez leguas, por caminhos completamente escabrados, sujeitos ao ardentissimo sol quando marchassem de dia-á perigoza cacimba quando andassem de noite*”.<sup>40</sup> Em parte, para este político, tornava-se “*absurdo*” fixar a residência do governo no interior da ilha de Santiago, tendo em vista os avultados recursos financeiros necessários para a construção e manutenção de uma estrada que a ligasse à vila da Praia. Em contrapartida, defendeu o investimento deste capital financeiro na edificação de “*habitações para o Governo, Bispo e Repartições publicas*” numa outra ilha do arquipélago, no caso em S. Vicente. Pode-se constatar que a fundação de Mindelo estava diretamente ligada a crença de que os rendeiros do interior de Santiago não eram capazes de auto-governo.

Se Theophilo Dias foi quem contestou os argumentos apresentados pela Camara municipal da vila da Praia, deve-se ao governador Joaquim Pereira Marinho (1835, 1837-1838) o mérito de ter idealizado e planejado a cidade de Mindelo, tomando como referência a cidade de Cadiz, Espanha. Em suas “*Memórias de Cabo Verde*”, publicado em 1838, este concebeu as casas da nova cidade da seguinte forma – “*As cazas que se construírem em S. Vicente devem todas ser baixas de eirado, como os hespanhoes os constroem em Cadiz, ou de Aboboda de tijolo, por causa do bicho, que destroe a madeira mui promptosamente*”.<sup>41</sup> Em relação aos pavimentos, concebe-o ao estilo espanhol, ressaltando que “*Os pavimentos ou soalhos devem ser de tijolos, como os hespanhoes cesao nas salas e corredores em Cadiz, e da mesma qualidade, ou similhantemente construídos, porque são mui aceados, mais fortes, não se quebrão tanto, não largão tanta poeira, são mais fáceis de fazer, é (...) mais baratos (...)*”.<sup>42</sup> Ainda, segundo este governador, todo o processo de construção deveria ser supervisionado por um experiente oleiro espanhol. O mapa a seguir foi elaborado, com base no projeto do governador Joaquim Pereira Marinho, em 1838. Tem a forma de um tabuleiro de xadrez, semelhante ao estilo italiano renascentista. Note-se ainda que todos os edifícios do projeto da nova cidade estão delimitados por muros constituídos de plantas, bem como a interligação dos edifícios entre si. A própria estrutura denota a estrutura do poder, como também a organização da

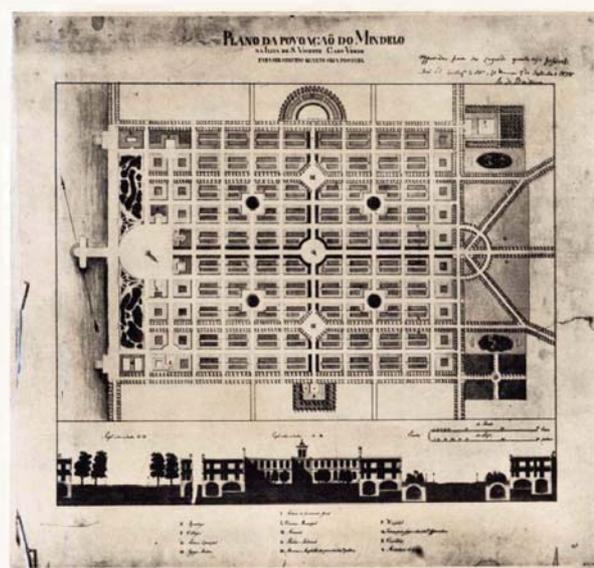
administração local.

**Legenda:**

- E - Alfândega
- F - Colégio
- G - Palácio Episcopal
- H - Igreja matriz
- I - Palácio do governador geral
- L - Câmara Municipal
- M - Mercado
- N - Prisões e tribunal
- O - Basar, e Amphiteatro para divertimentos públicos
- P - Hospital
- Q - Terreno para jogos, e divertimentos Gymnasticos
- R - Cemitério
- S - Matadouro de Gado

**Figura 1.** Mapa da cidade do Mindelo aprovado pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, de 1838.

Fonte: SILVEIRA, Luís. *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1956, v. II, p. 129.



<sup>40</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p.  
<sup>41</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p.  
<sup>42</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 54, s/p

A planta reflete ainda uma estrutura em tabuleiro de damas, estilo barroco. De um lado, os edifícios do palácio episcopal, da câmara municipal, do tribunal e do governador, representadas pelas letras G, I, L e N, estão delimitados por esplêndidos jardins e estão localizados na parte traseira da nova cidade. O fato dos edifícios dos três poderes estarem localizados na parte traseira da cidade traduz numa maior segurança para a administração do arquipélago, tão reclamada pelo governador Joaquim Pereira Marinho. Constitui uma estrutura tripartida do poder, representado pelo poder secular, administrativo e judicial, representadas pelas letras G, H, I, L e N. O ensino tinha um lugar de destaque na nova cidade, representado pela letra F. Na nova cidade, a instrução era colocada como essência de qualquer povo dito “civilizado”. Merece igualmente relevo as atividades alfandegárias, ligadas ao Porto Grande, representada pelo edifício da alfândega (letra E). De outro, logo à entrada da cidade avista-se o edifício do hospital e o cemitério da cidade, representados pelas letras P e R.<sup>43</sup>

A planta da nova cidade foi concebida com base numa estrutura em xadrez de ruas, construída por “ladrilhadores” (espanhóis), o que garantia maior segurança para o governador, o clero e as patentes militares. O desenho das ruas visava a concepção de uma cidade com maior disciplina, como também uma certa regularidade das construções. Esta profunda racionalização na construção de Mindelo em quadrícula, em “tabuleiro de damas”, está registada tanto no esquema de planeamento e organização dos edifícios quanto na própria disposição das ruas. Foi justamente a justificativa do controle militar e da segurança que levaram o governador Marinho a propor a mudança para São Vicente.

A principal preocupação dos liberais moderados, em Cabo Verde, era criar uma estrutura grandiosa para impressionar e atrair potenciais habitantes dessa cidade, construída em forma de jardim. Além disso, a estrutura de Mindelo proporcionava maior controle de entrada e saída da cidade. O conceito de civilização dos idealizadores estava espelhado no projeto, tendo em vista a ordem, a regularidade, a racionalidade e a disciplina do planeamento das ruas e dos edifícios. A planificação da nova cidade de Mindelo visava romper com a “desorganização” da vila da Praia e da cidade da Ribeira Grande, as quais, segundo o governador Marinho, favoreciam a invasão, em meio ao temor que os habitantes do interior de Santiago pudessem tomar de assalto a sede do poder político no arquipélago. A solução encontrada reflete a preocupação quer com a organização, quer com a segurança. Marinho associou a ilha de Santiago à decadência do arquipélago, enquanto São Vicente era associada à ideia do progresso e prosperidade – “Estou persuadido que esta Província, há de dever á Ilha de S. Vicente, e não a outra causa, o não ir mais a diante na decadência em que tem caído há uns poucos anos”.<sup>44</sup> Não resta dúvida que para este governante, o “atraso” do arquipélago se devia à ilha de Santiago. Mindelo estava associada à ilustração, renovação e progresso. A própria planta da nova cidade reflete uma preocupação com a busca de uma certa renovação política, por meio de uma estrutura tripartida. Reiterou ainda que “o atraso em que se acha esta Província, é principalmente devido a ter sido como de facto ainda é, a Capital na Ilha de S. Thiago”.<sup>45</sup>

Por meio do ofício, datado de 15 de março de 1839, o governador Joaquim Marinho fez uma série de solicitações à Coroa portuguesa para viabilizar a construção da nova cidade:

**1º** Determinar para ella mensalmente um conto e duzentos mil reis fortes; seiscentos mil reis para materiais, e seis centos para jornaes.

**2º** Mandar para esta Província dois canteiros muito bons, quatro alveneiros também bons, e que saibão fazer abobedas [Abóbodas]; quatro Carpinteiros bons de obra branca. Um mestre de Oleiro, e um oficial com os utensílios necessários para fazer uma olaria; um cabouqueiro, e um oficial para se empre-

<sup>43</sup>AHU, Cabo Verde, SEMU, Cx. 55, s/p.

<sup>44</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 54, de 1836, s/p – Folheto Algumas considerações sobre a fixação da Sede do Governo da Província, e salubridade da ilha de S. Thiago de Cabo-Verde.

<sup>45</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 54, de 1836, s/p.

gar a cortar pedra de mármore na Ilha da Boa-Vista, e um mestre de fazer fornos de cal (...). Se V. Ex<sup>a</sup>. decidir estas providencias, estes homens não devem vir se não quatro mezes depois dos primeiros avizos, afim de se terem cazas prontas, e todos o meios necessários para eles principiarem logoq eu chegarem a trabalhar, e não se perderem jornaes. Os pedreiros e carpinteiros de obra branca, oleiros, alveneiros, cabouqueiros, e mestres de fornos de cal podem vir logo.<sup>46</sup>

Para isto, o Visconde de Sá da Bandeira (1834-1838) deveria consentir a ida de operários de Portugal para começarem a execução dos trabalhos da construção da nova cidade. Cabe ainda ressaltar que os demais operários deveriam ser recrutados entre os soldados vindos do reino, o que reforça a ideia de que, para Marinho, negro não poderia entrar em São Vicente. Para dar início à construção da nova cidade, o governador João de Fontes Pereira de Melo, por meio de um ofício dirigido ao Conde de Bonfim, em 31 de março de 1840, propôs à Coroa portuguesa a aquisição de um conjunto de meios:

- 1º Uma verruma artesianana, e quem dirija os trabalhos da sua aplicação.
- 2º Um conto de duzentos mil reis, mensais para custeamento [custeamento] do pessoal, e material, que se deve empregar nas obras do Estado (...)
- 3º Um destacamento de cem, ou mais praças, pagas pelos respectivos Corpos; Sendo-lhe remetido os seus vencimentos de dous mezes, pelos correios que se achão estabelecidos para a comunicação destas Ilhas, com a Capital do Reino
- 4º A remessa do material que se pedir em vasos do Estado (...)
- 5º A aquisição dos seguintes Artistas: cinco Carpinteiros, dos quaes três devem ser de machado; cinco Alveneiros; dous Canteiros, e um Caboqueiro; todos escolhidos pela sua intelligencia, e comportamento (...).<sup>47</sup>

Dando sequência ao pedido do governo geral de Cabo Verde, por meio do ofício da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, datado de 26 de Agosto de 1840, o Conde de Bonfim (1838-1844) autorizou o governo geral de Cabo Verde a despender mensalmente a quantia de mil e duzentos mil reis para a construção da nova cidade. A Coroa portuguesa também estava convencida de que o “atraso” do arquipélago era devido ao fato da sua capital estar situada na ilha de Santiago. Porém, reconhece a insuficiência de verbas para a construção da nova cidade do Mindelo.

Depois de se haver determinado por Decreto de 11 de Junho de 1838 a transferência da Capital da Provincia de Cabo-Verde para a ilha de S. Vicente, o Governo de S. Magestade, cada vez mais convencido de que o atrazo i decadência d’aquella Provincia derivão em grande parte do transtorno que o serviço publico e particular soffre anualmente em consequência de serem obrigadas as principais Authorides alargarem a mortífera Ilha de S. Thiago, aonde presentem.te [presentemente] existe a Capital, e convencido igualmente, de que a Nação perde muito em não aproveitar as grandes vantagens que oferece a sobred<sup>a</sup> Ilha de S. Vicente, tem empregado todos os meios directos, e indirectos, ao meu alcance para acelerar o levantamento de Povoação da nova e Mindello, aonde deve ficar-se a sede d’aquelle governo (...).<sup>48</sup>

<sup>46</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 54, de 1836, s/p.

<sup>47</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 54, de 1836, s/p.

<sup>48</sup>AHU, Cabo Verde, Cx. 54, de 1836, s/p.

A dimensão cultural da nova cidade estava presente no terreno destinado a jogos, divertimentos e práticas desportivas, representado pela letra Q. Os idealizadores do projeto pretendiam transformar Mindelo num centro cultural de referência no arquipélago, representado ainda por um anfiteatro para “divertimentos publicos”. As residências deviam ser construídas segundo o modelo inglês de casas de campo na Índia, mais adaptadas tanto ao calor quanto às chuvas, bem como mais resistente aos ventos. As paredes das casas deveriam traduzir a imponência dessas construções, feitas de “arcos abatidos, tapando-se os arcos com taipa, ou saberes de bambus, aque em S. Theago [Tiago] se chama cariço, e melhor bambu de Guiné (...) rebocadas com cal e areia”.<sup>49</sup> Tanto as portas e janelas exteriores quanto as portas dos armários dos cômodos deveriam ser construídas “em arco, ou á gótica”, tendo em vista que não havia como transportar pedras de grandes dimensões para a construção das estruturas das casas.<sup>50</sup>

Já em relação a construção dos edifícios do governador geral, dos funcionários públicos e dos seus habitantes deveriam ser construídas, segundo o modelo inglês em Bombaim, na Índia, “de bambú, rebocado de cal e areia”.<sup>51</sup>

Quanto à construção dos edifícios da câmara, da igreja, do bispo e do pároco aconselhava-se que fossem construídas observando o mesmo modelo arquitetónico. Quanto aos edifícios da junta da fazenda, do presídio e quartel dos soldados reiterou que deveriam ser construídas de pedra e cal ou mesmo de tijolo e cal.<sup>52</sup>

Por outro lado, a construção das casas impunha ao proprietário a obrigação de construir uma cisterna para a captação de águas das chuvas “assim como se faz em Moçambique aonde não há outra agua doce mais que das cisternas (...)”.<sup>53</sup> Para rebater as críticas dos opositores quanto à transferência da sede do governo para Mindelo, Marinho propõe um sistema de construção de casas que fosse autónomo em relação ao fornecimento de água. Para garantir a eficácia dessas fontes de captação de água das chuvas, defendeu que as mesmas deviam ser “fornados de bom tijolo, tapados também com huma abóboda de tijolo, e depois forrado com huma delegada [delgada] capa de cimento de Pioma para ficar mais iterna [eterna] e baratos”.<sup>54</sup>

Marinho projetou uma cidade majestosa. Cada casa deveria ser construída em torno de um jardim de árvores. Os muros dos jardins deveriam ser compostas de “plantas próprias aparadas”. A purgueira seria a planta ideal para a construção dos muros, tendo em vista que os animais não a conseguem comer. Segundo este, “a Cidade de Undostão he assim construída, e hé muito bonita, e a sua construção muito barata”. Tratava-se da construção de uma cidade jardim, tendo em vista que todas as casas deveriam, obrigatoriamente, ser construídas à volta de um jardim.<sup>55</sup>

He ou seria muito vantajoso hum jardim de transplantação de plantas, para passar muitas plantas preciosas de Guiné para Cabo-Verde, e depois de Cabo-Verde para a Europa: este jardim deve ser na casa do governador, para ser mais facilmente vigiado, melhor cultivado, e as plantas serem respeitadas: no estado da pouca civilização daquelles povos, he a única maneira de conseguir o estabelecimento de huma quinta normal de naturalização das plantas preciosas. A arvore, que produz a goma elástica que vulgarmente se chama borracha, que da tanta riqueza ao Pará, he vulgar nas matas de guiné, transplantada para Cabo-Verde seria huma introdução de riqueza nesta pobre provincia.<sup>56</sup>

<sup>49</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 43.

<sup>50</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 43.

<sup>51</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 46.

<sup>52</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 43.

<sup>53</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 43.

<sup>54</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 43.

<sup>55</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 46.

<sup>56</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 46-47.

Para este governador, o projeto de uma cidade jardim justificava-se, tendo em vista que se registava a “falta de combustíveis, e de madeiras”. Tal situação se deveu ao grande número de corte de árvores, o que levou este político a propor medidas urgentes para “restabelecer os arvoredos e (...) mui vantajoso transplantar o mangue de Guiné para as muitas praias de S. Vicente, Boa-Vista, Maio e aqueles pontos das outras ilhas”. Além disso, critica a administração das colônias, reiterando que tal ausência se deve à forma “mais indecente com que se tem administrado as colônias”.<sup>57</sup>

Por outro lado, o mesmo contesta o argumento utilizado pela câmara da vila da Praia. Para Marinho, a ilha de Santiago tinha a maior população do arquipélago, mas, os habitantes da província não se limitavam aos habitantes desta ilha. Marinho pretendia conceder maior liberdade administrativa às demais ilhas do arquipélago. Em sua “Memória Official às acusações dirigidas a Sua Magestade contra o governador geral da província de Cabo Verde”, acusava as elites políticas da ilha de Santiago de excessiva centralização administrativa, reiterando que “todas estas Ilhas eram verdadeiramente feudatárias á de S. Thiago, e della não recebiam mais do que ordens opressivas”.<sup>58</sup>

Ainda segundo Marinho, para viabilizar a construção da nova cidade do Mindelo, a Coroa portuguesa deveria “constituil-la em Cidade Industrial”, sendo vedado o acesso a todos aqueles que não tivessem “huma industria ou profissão conhecida, é bem publica pela qual se possa sustentar”. O plano do governador era impedir que tanto os escravos vadios quanto os rendeiros pudessem habitar Mindelo e, conseqüentemente, ameaçar a nova estrutura política ali instalada. Tratava-se de construir um centro de civilização industrial e comercial, tendo por base o modelo inglês das fábricas. Além disso, centrada na produção do sal, de tijolos e na indústria da fiação, a ser difundida em todas as ilhas do arquipélago. Para Marinho, ser civilizado equivaleria ter estradas, fábricas e eliminar a cultura de revoltas reinante na ilha de Santiago.

Para a concessão de vários terrenos baldios ao negociante Jozé Alexandrino Fortuna (procurador de Joaquim de Almeida Brandão e Souza e de João Gomes d’Oliveira e Silva), foram impostas várias cláusulas. A primeira referia-se à obrigação de reserva da “Area correspondente a um quarteirão urbano da nova povoação do Mindello na Ilha de S. Vicente, para nella edificarem cazas e armazéns”. A segunda, destaca-se a obrigação de construção de, pelo menos, seis edifícios na área correspondente à nova “povoação” de Mindelo, criado para sediar a nova capital de Cabo Verde. A terceira, prendia-se com o compromisso destes, sob pena de nulidade do contrato, de utilizarem no processo de colonização “gente forra, livre, ou liberta, indígena, ou estranha, e jamais escravos seus ou alheios”. A quarta ressalta a obrigação de não consentir que tanto os seus agentes quanto empregados se envolvessem, direta ou indiretamente, em questões políticas ou de partido “que possam agitar o Paiz, sob pena de serem logo despedidos do seu serviço a requisição do Governo”.<sup>59</sup>

As cláusulas ainda atestam que o projeto de criação de Mindelo era altamente excludente,<sup>60</sup> tendo em vista que, ao abrigo dos novos contratos celebrados entre o governo geral e os negociantes, os escravos não poderiam entrar em Mindelo. Marinho ainda reiterou que as autoridades locais não deveriam permitir que “haja nella espécie alguma de habitante, homem ou mulher, que não tenha huma industria ou profissão conhecida”.<sup>61</sup> Além disso, reiterou que a ilha de São Vicente era um dos “paizes de maior salubridade que talvez tenha a universo”,<sup>62</sup> para contrapor às ideias defendidas em 1835, segundo as quais na ilha de Santiago “(...) todos os europeus são (...) atacados da Carneirada (...)”.<sup>63</sup>

Além das imposições contratuais nas concessões de terrenos baldios, Joaquim Pereira Marinho também defendeu a moralização da ilha de São Vicente. Em primeiro

<sup>57</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 42.

<sup>58</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838. Lisboa: Typografia de A. S. Coelho, 1839, p. 13.

<sup>59</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 32-33

<sup>60</sup>Em função da renda ou do status social.

<sup>61</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f. 49.

<sup>62</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838, f.51.

<sup>63</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 53, officio n. 1, de 16 de setembro de 1835, s/p.

lugar, reiterou que “A ilha de S. Vicente hé hoje povoada ou essa população que tem hé composta de (...) mais imoralidades, mulatas e negras, alguns tendeiros miseráveis, mulatos, mui desmoralizado em todo o sentido, e muito ladroens (...)”.<sup>64</sup> Em segundo lugar, sustentou que o projeto da criação da nova cidade, chamada de Mindelo, previa conseguir recursos financeiros, com a concessão de terrenos baldios a negociantes que, por sua vez, teriam entre outras obrigações, a construção dos edifícios necessários para dar suporte à administração do arquipélago.<sup>65</sup> Além disso, a construção da nova cidade iria gerar mais postos de trabalho.

Finalmente, o discurso subjacente ao projeto de criação de Mindelo estava presente no ideal de ilustração e de escolarização. O edifício da escola, em conjunto com as do governador, da câmara, do episcopado e do tribunal, integravam os três poderes da nova cidade. Não, por acaso, o primeiro liceu de Cabo Verde foi criado em Mindelo, como um dos instrumentos para viabilizar a nova cidade industrial. Além disso, a configuração da nova cidade é altamente assimétrica, deixando de fora escravos ou quem não tivesse trabalho reconhecido.

Da análise do discurso subjacente à criação do novo centro de civilização em Cabo Verde, cabe destacar dois aspetos pertinentes. De um lado, tanto o governador Joaquim Pereira Marinho quanto o deputado Theophilo Dias propunham a formação de uma nova elite política, que não fosse nem liberal moderada nem liberal exaltada, aliás, condição obrigatória para habitar a nova cidade industrial. De outro, as revoltas dos rendeiros do interior da ilha de Santiago foram determinantes para a construção de um cidade que desse maior segurança e organização ao corpo administrativo.

## Considerações finais

Conforme anunciado, o objetivo deste ensaio é analisar os discursos dos políticos moderados e exaltados, em torno do debate sobre transferência da sede administrativa de Cabo Verde de Santiago para Mindelo. Concluímos que a proposta de fundação da cidade do Mindelo tinha como principal objetivo o de romper com a cultura de revoltas da ilha de Santiago contra as autoridades locais, e criar uma civilização comercial e industrial em torno do Porto Grande. Cabe ainda reiterar que o projeto da construção da nova cidade estava assente no ideal da escolarização, o que explica o lugar de destaque dado tanto à escola quanto aos terrenos destinados a diversões e práticas esportivas. Além disso, o projeto determinava o novo perfil dos seus habitantes, que excluía todos aqueles que não tivessem uma profissão fixa, renda ou propriedade, como sejam: escravos, rendeiros ou degredados.

Em 1836, os liberais exaltados, liderados por Manoel António Martins, conseguiram depor o governador Joaquim Pereira Marinho, exigindo a elevação da vila da Praia à categoria de cidade. Apesar da rainha, Dona Maria II, por Decreto de 11 de junho de 1838, ter determinado a transferência da sede do governo para Mindelo, as elites políticas da ilha de Santiago continuaram a reivindicar a fixação definitiva da sede do governo na ilha de Santiago, o que veio a ser atendido em 1850.

## Referências Bibliográficas

### 1. Fontes manuscritas

Arquivo Geral de Simancas (AGS), *Secretarias Provinciales (Portugal)*, liv. 1550, fl. 357-357 v.

Arquivos do Vaticano (AV), *Processus Consistorialis*, v. II, fl. 310, de 31 de março de 1608.

Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma (ARSI), *Lusitânia*, cód. 83, fls. 353 v. – 354 v., de março de 1608.

<sup>64</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 53, ofício n. 1, de 16 de setembro de 1835, f. 1-2.

<sup>65</sup>AHU, SEMU-CV, Cx. 53, ofício n. 1, de 16 de setembro de 1835, f. 1-2.

Biblioteca da Ajuda de Lisboa, *Cód.* 51-VIII-25, f. 119-122 v., de 1606.

Arquivo Histórico de Cabo Verde (AHN)

AHN, Secretária Geral do Governo, Requerimentos (1837). Originais manuscritos. Cx. 040, de 23 de março de 1837.

Arquivo Histórico Ultramarino, AHU

AHU, *Cabo Verde*, Cx. 1, doc. 15.

AHU, *Cabo Verde*, Cx. 083/ doc. 31, de 16 de Janeiro e de 18 de dezembro de 1824.

AHU, Cabo Verde, Cx. 83, doc. 74, de 13 de março de 1826.

AHU, *Cabo Verde*, Cx. 83, doc. 74.

AHU, *Cabo Verde*, Cx. 89A, doc. 114.

AHU, *Cabo Verde*, Coleção cartográfica, Enc., IV, 81 (Cat. C. A.).

AHU, *SEMU-CV*, Cx. 53, ofício n. 1, de 16 de setembro de 1835.

AHU, *Cabo Verde*, Cx. 54, de 1836 –Folheto Algumas considerações sobre a fixação da Sede do Governo da Província, e salubridade da ilha de S. Thiago de Cabo-Verde.

AHU, *SEMU-CV*, Cx. 55-Memórias sobre Cabo Verde, 1º Caderno, de 1838.

## 2 - Fontes Impressas

CHELMICKI, José Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descrição geographico-historico da Província das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*. t. I. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1841.

GUERREIRO, Padre Fernam. *Relaçam Anual das Cousas que Fezeram os Padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental, e no Brasil, Angola, Cabo Verde, nos annos de seiscentos e dous e seiscentos e três, e do processo de conversam, e christandade daquellas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram*. Lisboa: Per Jorge Rodriguez, 1695 (1605).

MARINHO, Joaquim Pereira. *Memória Official em resposta às acusações dirigidas a Sua Magestade contra o governador geral da província de Cabo Verde*. Lisboa: Typografia de A. S. Coelho, 1839.

VALLE, Marqués de la Fuentesanta del; RAYON, D. José Sancho; ZABÁLBURU, D. Francisco de. *Coleccion de documentos inéditos para la historia de Espanã*. Madrid, 1889, t. XCIV.

## 3 - Obras gerais

AMARAL, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, n. 18, 1964.

BARCELLOS, Christianno José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, 5 partes. Lisboa, 1899 -1911. Lisboa: Typografia da Cooperativa Militar, 1904.

CARREIRA, António. *Cabo Verde (Aspectos Sociais. Secas e fomes do século XX)*. 2ª ed., Lisboa: Ulmeiro, 1984 (1977).

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador (Formação do Estado e Civilização)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, v. I.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou material, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Victor Civita, 1983.

MATOS, Brigadeiro R. J. da Cunha. *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Arquivo Nacional, 1963.

PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. “Cabo Verde: entre uma civilização agrícola e uma civilização industrial e comercial (1822-1841)”. In: SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número XIV, Ano VII, Dezembro. São Paulo, NEACP, 2014, p. 118-139. Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-14>.

\_\_\_\_\_. *Política e cultura: as Revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)*. 3ª ed. revista e ampliada. Praia: Imprensa Nacional, 2015 (2013).

\_\_\_\_\_. “Reformas políticas e o regime da prefeitura em Cabo Verde da primeira metade do séc. XIX (1832-1834)”. In: SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número XII, Ano VI, Dezembro. São Paulo, NEACP, 2013, p. 99-124. Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-12>.

SILVA, António Leão Correia e. *No tempo do Porto Grande do Mindelo*. Praia/Mindelo: Centro Cultural Português, 1998 (Coleção “Documentos para a História de Cabo Verde”).

TYLOR, Edward B. *Primitive Culture*. 6th. Edition, London: John Murray, 1920 (1871), v. I.